

# A Classe Operária



PROLETÁRIOS DE TODOS  
OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

## FHC LANÇA PLATAFORMA PARA DESMONTAR O BRASIL

No último dia 14, o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, compareceu ao Senado e, à guisa de despedida da atividade parlamentar, pronunciou longo discurso no qual expôs, com maior clareza do que em ocasiões anteriores, as linhas mestras da plataforma política que tentará pôr em prática durante seu governo.

O texto é revelador. Já na abertura, Fernando Henrique deixa à mostra o oportunismo, traço marcante de sua personalidade política. Segundo sua opinião, o fato de o país ter chegado "ao porto seguro da democracia" (sic!) é resultado das "marchas da abertura lenta e gradual do ex-presidente Geisel". Ainda ontem, no calor da campanha eleitoral, Fernando Henrique explorou a imagem de opositor e vítima do regime militar...

Mas não foi apenas na lisonja ao governo do general Geisel que o presidente eleito deixou nítido seu perfil político-ideológico. Fazendo-se passar por historiador em vez de sociólogo, incursionou no que denomina de "era Vargas" para escoimá-la como período do que "resta como pedaço de nosso passado político que atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade". Falando de tempos mais recentes, FHC considerou uma "injustiça" a conceituação de "década perdida", largamente utilizada para caracterizar os anos 80, período de profunda recessão decorrente da drenagem de recursos para o exterior em função do pagamento da dívida externa. O presidente eleito não teve pejo de se perfilar ao lado do ex-presidente Collor, cujo programa de governo se propõe resgatar. Para FHC, a virada do país rumo à modernidade e à superação da crise "começou a acontecer no governo anterior ao do presidente Itamar Franco". "Infelizmente" - ainda segundo as palavras de FHC - "de uma maneira atabalhoada, num ambiente político poluído por uma corte de desatinados". Não é à toa que Fernando Collor, novamente beneficiado por extensos espaços na mídia após sua absolvição pelo STF, fez rasgados elogios ao presidente eleito.

A confissão de identidade

com o ex-presidente Collor cobre de razão os setores lúcidos da esquerda e talvez ajude a desfazer as ilusões de muitos democratas e de largas camadas do povo que votaram em Fernando Henrique julgando tratar-se de uma opção pelo novo. Desde que FHC foi indicado ministro da Fazenda do governo Itamar e preparava sua candidatura, o PCdoB, em nota de sua direção nacional, alertava para o fato de que as classes dominantes recriavam Collor sem os mesmos vícios do ex-presidente deposto.

### OPERAÇÃO DESMONTE

A operação desmonte do Estado nacional iniciada por Collor e continuada por Itamar Franco, foi solenemente proclamada por Fernando Henrique em seu discurso de despedida no Senado. A palavra de ordem é "remover os nós que atam o Estado brasileiro". É uma plataforma inspirada na mais pura ortodoxia do neoliberalismo: corte dos gastos públicos, restrição dos direitos trabalhistas e previdenciários, abertura do mercado nacional, liquidação das empresas estatais, "flexibilização" dos monopólios estatais sobre setores estratégicos, como o petrolífero, o energético e o de telecomunicações, concessão de vantagens ao capital estrangeiro a fim de atrair seus investimentos, inclusive para o setor de mineração.

O presidente eleito anunciou para fevereiro o envio ao Congresso de emendas constitucionais, meio pelo qual pretende levar a efeito a operação desmonte do Estado nacional. Sob o lema "desconstitucionalizar o país", revelou seu traço autoritário ao imiscuir-se em assunto da alçada exclusiva do Poder Legislativo: "Eu veria com bons olhos fórmulas que permitissem acelerar a tramitação de emendas", deixando entrever sua disposição para alterar o rito normal de tramitação e aprovação de emendas constitucionais pelo Congresso.

O discurso do presidente eleito é motivo de preocupação para o povo brasileiro. A concretização da plataforma ali anunciada representará gravíssimo atentado à soberania nacional. A demagógica retórica de

"desatar os nós" do Estado brasileiro para torná-lo "mais leve e eficiente" encontra sinistro propósito de transformar o Estado num mero aparelho administrativo com funções irrelevantes, descompromissado de tarefas essenciais ao desenvolvimento nacional e à defesa de sua soberania. Em suma, o que o presidente eleito anuncia é a transformação do país numa presa fácil da cobiça dos potentados imperialistas, a maior subordinação do Brasil aos "grandes", a adaptação de sua economia aos padrões neocolonialistas da chamada nova ordem mundial.

### REFORMAS POLÍTICAS

Entre as propostas de mudança constitucional, o presidente eleito destaca, na área política, a instituição do voto distrital misto nas eleições para deputado, revogando o voto proporcional, importante conquista democrática da Constituição em vigor. O voto distrital ou distrital misto, assim como a reformulação da lei eleitoral e da lei orgânica dos partidos políticos, espécie de unanimidade em todos os grandes partidos das classes dominantes, inscreve-se num processo mais amplo de reorganização conservadora do Estado. O objetivo da remodelação do sistema político é golpear a representação popular para tornar o Estado mais elitista e excludente, afastado do povo e dos partidos políticos de extração popular. O voto distrital e as restrições propostas ao funcionamento dos partidos de esquerda constituem mecanismos que reforçam o poder oligárquico e garantem a hegemonia dos grandes partidos conservadores sobre a vida política. Enfim, a nação está diante de um projeto para institucionalizar um regime político distanciado do povo a fim de preservar uma ordem social iníqua e uma ordem econômica dependente

e subordinada ao imperialismo. A experiência histórica demonstra que a liquidação da soberania nacional e a opressão sobre o povo somente se concretizam através do autoritarismo e da restrição às liberdades democráticas.

### AMEAÇAS

Tudo isso recoloca na cena política brasileira graves ameaças que pairam sobre a nação: a de liquidação da soberania, a de golpear a democracia e a de desagregação social, resultante de condições de vida aviltantes que tendem a se deteriorar com o corte dos direitos sociais propostos por Fernando Henrique.

### OPOSIÇÃO

A plataforma proclamada no discurso de Fernando Henrique confirma a análise da direção nacional do PCdoB em sua última reunião plenária, cuja resolução política assinala: "Fernando Henrique Cardoso chega ao governo tendo assumido sérios compromissos com a direita internacional e nacional e também com o centro. Esses compromissos levam-no inevitavelmente a tentar aplicar medidas de caráter antinacional e antidemocrático, a promover reformas políticas reacionárias, como a revisão da Constituição, a 'reestruturação' do Estado e igualmente a privatização de empresas estatais de importância fundamental". É um governo que entrará em funções com o mesmo cacoete entreguista e antidemocrático das classes dominantes. Um governo que será alvo da oposição firme, conseqüente e concreta das correntes democráticas, populares e nacionalistas.

Secretariado Nacional  
Dezembro 1994

Diretório Nacional convoca  
Conferência sobre Programa Socialista  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
Artigos para a Tribuna de Debates deverão ser  
enviados até o dia 15 de março

Veja regulamento na página 3

## AGENDA

**30 de janeiro** - Seminário nacional para secundaristas do PCdoB. Participam diretores da União Brasileira de Estudantes Secundaristas e de entidades estaduais e municipais.

**4 a 9 de fevereiro** - Seminário nacional para universitários do PCdoB. Participam dirigentes da União Nacional dos Estudantes e lideranças dos estados. Será realizado no Instituto Cajamar, em São Paulo.

**3, 4 e 5 de fevereiro** - Seminário Nacional da Corrente Sindical Classista - CSC - Local: São Paulo

**13 de fevereiro** - Ativo nacional dos docentes das universidades - Local: Brasília

**14 a 19 de fevereiro** - Seminário nacional sobre socialismo, organizado pela União da Juventude Socialista. Será realizado em Maceió.

Entre os meses de abril e maio será realizado o congresso da União Nacional dos Estudantes. O congresso da UBES acontecerá entre os meses de junho e julho.

## PCdoB na TV

O Partido Comunista do Brasil terá, em 1995, quatro programas que serão veiculados em cadeia nacional de rádio e televisão para divulgação de suas propostas.

Os programas serão exibidos nos dias **23 de março, 8 de junho, 14 de setembro e 9 de novembro**.

## Sobre a não cassação do senador

A posição do Congresso sobre o caso Lucena ficou mais dificultada pelo receio de contrariar a tendência predominante existente pela cassação do senador. Até setores da esquerda se deixaram envolver no clima "moralizador" e, se bem que nenhum líder titular dos partidos de esquerda tenha encaminhado favoravelmente à cassação de Lucena, somente um encaminhou contra - o do PCdoB.

Onde um mandato originário do voto popular pode ser cassado com facilidade, a soberania popular não é respeitada por princípio, mas sim admitida, de acordo com as conveniências da política de força.

No Brasil os tribunais são despojados de mandato popular. Por isso, não são órgãos habilitados a cassar mandatos. Quando fatos graves exigem a cassação de um mandato, o órgão que deve tomar a decisão, com discussão ampla e garantia de defesa, é o que fundamenta todo seu poder nos mandatos de seus membros - o Congresso Nacional. Três exemplos brasileiros merecem ser referidos.

No início de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral derrotou, por três votos a dois, proposta de cassação do registro do PC do Brasil. O governo

Dutra, agastado, promoveu o afastamento de um membro do TSE e pôs outro em seu lugar. Nova votação foi feita a 7 de maio e, por três votos a dois, o Partido foi posto na ilegalidade. O Congresso, cabibaixo, servil, "acatando a decisão do Judiciário", a 16 de maio, consumou o golpe na democracia e aprovou a cassação de 14 deputados federais e um senador comunistas.

Em 1989, a mídia, manipulando a consciência do povo, fez de um delinqüente, presidente da República. Quando a corrupção foi flagrada, minuciosa investigação foi feita e a cassação, após ampla mobilização, se consumou no Congresso Nacional. Na continuidade, o Supremo Tribunal Federal desconsiderou totalmente as provas levantadas, que existiam, e inocentou Collor, PC Farias e os outros.

Na Paraíba, em 1994, um dos "motes" da campanha foi o calendário impresso na gráfica do Senado pelo candidato Lucena. Sabendo disto, o povo deu-lhe 500 mil votos, elegendo-o senador. Na continuidade, a mesma Justiça que acabara de proclamar a castidade moral de Collor e seus sequazes, apesar dos milhões de dólares em cheques de contas fantasmas que tinha em mãos,

resolve promover a cassação do mandato do senador Lucena e a suspensão de seus direitos políticos por três anos. A razão: o calendário de R\$ 16.200,00.

Nesse quadro, o que se deveria esperar do Congresso? A mesma covardia e pusilanidade de 1947 para "acatar a decisão do Judiciário", sem coragem para defender um mandato estribado em 500 mil votos, ameaçado por um poder, togado, mas sem mandato, espetacularmente exagerado na punição que propunha? Não. Seria banalizar o recurso excepcional da cassação.

Além do mais, o voto pela cassação de Lucena implicava no voto pelo ingresso imediato no Senado, no lugar de Lucena, do senador Raimundo Lira, "lobista" de multinacional, que, na mesma eleição, e na mesma gráfica, imprimira idêntico calendário, sendo, entretanto, derrotado nas urnas. A cassação de Lucena, sob suposta motivação moralizadora, assumia a feição grotesca de um gesto hipócrita.

O Congresso Nacional, de perfil nitidamente conservador, tem muitos defeitos. Agora mesmo acaba de aprovar - contra o nosso voto - aumentos salariais exorbitantes para seus membros. Mas cassou um pre-

sidente corrupto, puniu deputados por práticas ilícitas na elaboração do Orçamento e impediu a demolição constitucional pretendida na revisão golpista.

Com debilidades, o Congresso tem sido um fator de resistência à linha neoliberal que se tenta impor ao país. Por isso cresce, hoje, a campanha sordida para desgastá-lo. Golpear mais ainda a soberania nacional, entregar nossas estatais estratégicas e liquidar direitos de trabalhadores será mais fácil com um Congresso desacreditado, sem fibra para enfrentar pressões.

A anistia votada no Senado foi errada: era ampla e incondicional. Lucena errou ao usar a gráfica do Senado, ainda que isso fosse costume generalizado. Sua cassação seria um exagero berrante. Mas seu erro deveria ser reconhecido e o dinheiro indevidamente gasto teria que ser devolvido. A anistia seria assim restrita e condicional, beneficiando somente a quem fizesse o ressarcimento do que foi gasto. Ademais, medidas definitivas deveriam ser tomadas para que tal prática não mais se repetisse. É o que foi aprovado. O Congresso, nesse caso, não errou. (**Haroldo Lima - deputado federal PCdoB/BA**).

## Mensagens recebidas pelo PCdoB

*O Partido Comunista do Brasil recebeu mensagens de diversas personalidades, que publicamos abaixo:*

João Amazonas  
Agradeço-lhe os cumprimentos formulados por ocasião de minha posse.

Almir Gabriel  
Governador do Estado do Pará

Agradeço os cumprimentos recebidos pela minha posse. Espero corresponder, com os anseios do povo do meu Estado.

Roseana Sarney  
Governadora do Estado do Maranhão

Sensibilizado, agradeço a vossa senhoria os cumprimentos enviados por ocasião de minha posse no cargo de governador do Distrito Federal.

Cordialmente,  
Christovam Buarque  
Governador do Distrito Federal

O resultado das eleições de 3 de outubro marca o reinício da luta pela justiça social e pelo desenvolvimento de Pernambuco. Precisamos mais uma vez da união e o apoio de todos que queiram fazer, do futuro, um tempo de construção e de renovação de esperanças.

Cordialmente,  
Miguel Arraes  
Governador de Pernambuco

Obrigado pelos votos de sucesso. Retribuirei a confiança em mim depositada pelos catarinenses, com muito trabalho, em benefício do Estado.

Paulo Afonso Vieira  
Governador do Estado de Santa Catarina

Agradeço as congratulações recebidas e lhe retribuo os votos de Exito, fazendo saber ao caro amigo que a presença do PCdoB na campanha ao governo do estado do Mato Grosso

do Sul constitui-se valioso apoio aos nossos ideais democráticos.

Wilson Barbosa Martins  
Governador do Estado do Mato Grosso do Sul

Sensibilizado agradeço manifestação de apoio pela minha posse frente ao governo do estado do Espírito Santo, reafirmando que farei todos os esforços necessários objetivando êxito na missão a mim confiada pelos cidadãos capixabas.

Vitor Buaiç  
Governador do Estado do Espírito Santo

Agradeço a atenção e carinho expressos em mensagem por ocasião da minha posse. Reafirmo os meus propósitos de muito trabalhar e honrar a confiança do povo mato-grossense.

Atenciosamente  
Dante Oliveira  
Governador do Estado do Mato Grosso

Desejo-lhe e à família um feliz 1995. Faço votos que possa continuar suas lutas históricas pela criação de uma sociedade nova no Brasil.

Florestan Fernandes

Agradeço felicitações enviadas pela minha reeleição ao Senado Federal, onde estarei a seu inteiro dispor.

Abraços  
Senador Teotônio Vilela Filho

O presidente nacional do PCdoB recebeu ainda cumprimentos pela passagem do ano das seguintes pessoas: Rogério Cerqueira Leite, Rubens Ianelli, Edson Silva, Cordolina Fontelles de Lima, Haroldo Lima, Sérgio Zveiter (presidente da OAB/RJ), Vitor Buaiç (Governador do Espírito Santo), Darcy Accorsi (Prefeito de Goiânia), Rita Fontelles de Lima, Patrus Ananias (Prefeito de Belo Horizonte), Mauro Bragato (deputado estadual/SP), Euclides Scalco, David Capistrano Filho (Prefeito de Santos)

**A Classe Operária**  
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates - **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI), Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Andrea Penna, Antonio Carlos Queiroz, Ary José Rocco Jr., Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Luiz Aparecido, Marcos Ruy, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Sueli Scutti, Umberto Martins, Weverton Brito Lima - **Projeto Gráfico:** Bernardo Joffily - **Diagramação, Composição e Arte Final:** Virgílio de Alencar Santana - **Administração:** Eriberto Muniz - **Assinaturas:** Nelson Lopes da Silva - Publicação mensal da Empresa Jornalística **A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 604-4140 - Fax: (011) 606-0412.

## Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - Rua Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Rua Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - Rua Luiz Antony, 782 - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Avenida Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - Rua José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - Rua São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HGS 704 B LG Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - Rua Professor Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Avenida Anhangüera, 3595 - Edifício São Luiz - (051) 222-2200 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua Maracaju, 249 - Sala 15 - (049) 222-8333 - MATO GROSSO - Cuiabá - Rua Comandante Costa, 548 - Fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - Rua Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - Rua Pedro I, 1932 - (031) 222-8333 - PERNAMBUCO - Recife - Rua Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - Rua Desembargador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - Rua André de Barros, 26 - Casa 6 - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Avenida 13 de maio, 33 - 16º andar - conjunto 1601 - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Rua Vaz Gondim, 86 - Praça Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - Rua Tenreiro Aranha, 3216 - Olaria - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Mario Homem de Melo, 1051 - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - Rua Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Rua Anita Garibaldi, 128 - 2º andar - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - Rua Lagarto, 890 - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - Rua Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 607-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962B.

# Comitê Central prepara a atividade do partido para 95

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil esteve reunido de 14 a 16 de janeiro em São Paulo capital, ocasião em que discutiu sobre a situação brasileira e o governo Fernando Henrique Cardoso, a retomada do processo de Conferência sobre o Programa do Partido, e o Ano do Partido/1995.

O primeiro ponto em tela foi apresentado pelo presidente do partido, João Amazonas, que fez uma abordagem mais ampla sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro, polemizando com a tese de FHC que defende o modelo neoliberal como forma de superar o processo de desenvolvimento iniciado com Getúlio

Vargas em 1930. Amazonas abordou do ponto de vista histórico as particularidades e contradições da revolução burguesa em um país dependente como o Brasil, iniciada com Vargas, concluindo que o que está esgotada é a capacidade das classes dominantes dirigirem o processo de desenvolvimento nacional.

Segundo o dirigente comunista, o que as elites pretendem com o projeto neoliberal é transformar a economia brasileira em algo complementar à economia dos países imperialistas, com ênfase para o setor de serviços e turismo em detrimento da produção de riquezas. A reforma da Constituição

pretendida pelos partidos conservadores tem como objetivo exatamente adaptar o Estado ao modelo neoliberal, o que significaria um retrocesso, de acordo com Amazonas.

A conclusão da discussão é de que, ao lado da postura de oposição do partido frente ao novo governo, será preciso fazer um amplo e aprofundado esclarecimento da população acerca da aplicação do projeto neoliberal no Brasil e da alternativa proposta pelos setores populares.

Programa socialista. O segundo ponto de pauta foi apresentado pelo vice-presidente do partido, Renato Rabelo, e tratou da retomada do pro-

cesso da Conferência Nacional do Partido sobre o Programa Socialista. Renato fez um resumo dos fundamentos e propostas do Projeto de Programa aprovados anteriormente pelo Comitê Central do partido, chamando aquele organismo para o seu papel dinâmico enquanto dirigente e incentivador da discussão programática. A discussão do Ano do Partido foi apresentada por Ronald Freitas, secretário de organização do Comitê Central.

Assim como nos dois temas anteriores, este último foi motivo de ricos debates. Muitos camaradas entrevistaram enriquecendo teórica e politicamente a discussão.

## Resolução sobre a Conferência Nacional

Reunida em sessão plenária nos dias 14, 15 e 16 últimos, a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil decidiu convocar para o início do segundo semestre de 1995 (a data será fixada entre 15 de agosto e 15 de setembro) a Conferência Nacional para aprovação do Programa Socialista do Partido.

A Direção Nacional decidiu ainda reabrir o debate nas fileiras partidárias sobre o tema central da Conferência, cujo ponto de referência é o "Projeto de Programa Socialista", aprovado em 1993. Todo o coletiivo partidário está convocado a participar intensamente da discussão, através de reuniões nos organismos internos, de debates públicos e do envio de artigos para a publicação na *Tribuna de Debates*, que circulará nacionalmente nos meses de março, abril, maio e junho.

A Direção Nacional entende que a realização da Conferência sobre o Programa Socialista do PCdoB é um momento especial para a reafirmação da identidade comunista do Partido e a elevação da consciência socialista de seus militantes e quadros dirigentes. Considera ainda que constitui oportunidade para a interação e o intercâmbio de pontos de vista entre o Partido e personalidades independentes e portadoras do pensamento avançado e progressista. Tarefa central da atividade do Partido, a Conferência Nacional desde já encontra-se em fase de preparação. Nesse sentido, além de publicar a *Tribuna de Debates* e das necessárias medidas práticas e organizativas, o Partido deve realizar, a partir de fevereiro, em todos os estados, atos públicos de convocação da Conferência e de reabertura dos debates.

## Regulamento da Tribuna de Debates Conferência Nacional sobre o Programa Socialista

1. A Direção Nacional do PCdoB decide retomar a edição da *Tribuna de Debates da Conferência Nacional sobre o Programa Socialista do Partido*. Serão publicados 4 (quatro) números nos meses de março, abril, maio e junho.

2. A publicação da *Tribuna de Debates* ficará a cargo da Comissão Editorial eleita pela Direção Nacional, integrada por José Reinaldo Carvalho, Nivaldo Santana e Walter Sorrentino, membros da Direção Nacional.

3. A *Tribuna de Debates* destina-se exclusivamente à exposição de opiniões individuais de militantes e filiados do Partido. Todos os artigos deverão conter a assi-

natura do autor e a identificação de seu local de militância partidária.

4. Como órgão de discussão da Conferência Nacional, a *Tribuna de Debates* somente publicará artigos estritamente relacionados ao tema da Conferência: O Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil.

5. É livre o direito de expressão dos militantes e filiados, respeitada a ética partidária e salvaguardada a linha geral do Partido.

6. Os artigos serão publicados pela ordem de chegada à sede da Direção Nacional, à rua Major Diogo, 834, CEP 01324.000, São Paulo-SP. Todos os artigos devem

ser datilografados e não podem exceder as dimensões de 5 (cinco) laudas de 20 (vinte) linhas com 70 (setenta) toques. Cada militante terá direito a um artigo por edição.

7. A Comissão Editorial, considerando algum artigo suscetível de alteração por contrariar o presente regulamento, devolverá ao autor com as observações pertinentes para que o mesmo proceda às modificações. Caso o autor persista na redação inicial, caberá à Comissão Editorial a decisão sobre a publicação do artigo.

8. Das decisões da Comissão Editorial cabe recurso à Comissão Política e ao pleno da Direção Nacional.

## Resolução sobre o Ano do Partido

Em sua reunião plenária, a Direção Nacional decidiu proclamar 1995 como o **Ano do Partido**.

Tal decisão tem por objetivo mobilizar as forças partidárias para, de forma organizada e metódica, apoiando-se nos êxitos obtidos, superar as debilidades existentes e avançar para a transformação do PCdoB num grande partido. A Direção Nacional indica cinco tarefas fundamentais.

### 1 - Multiplicar as fileiras partidárias e consolidar

#### sua organização

- Intensificar o crescimento quantitativo e qualitativo do partido.

- Realizar as convenções municipais, estaduais e a nacional para manter o registro legal do partido junto ao TSE.

### 2 - Reativar o trabalho de formação político-ideológica

- Ativar o processo de formação de maneira centralizada e organizada.

- Reorganizar a comissão de formação.

- Elaborar cursos e currículos de acordo com a situação política atual e as demandas partidárias.

### 3 - Renovar as direções

- Realizar durante o ano uma avaliação da atividade partidária e da atuação das direções em todos os níveis; promover os reajustes necessários a fim de combater a rotina e a passividade.

### 4 - Reestruturar a agitação e propaganda

- Desenvolver atividades de

agitação e propaganda utilizando os diversos instrumentos de que dispomos para este fim, com destaque para os meios mais modernos; retomar mensalmente a circulação do jornal *A Classe Operária*, órgão central do partido; intensificar o trabalho com a revista *Princípios*.

### 5 - Finanças

- Enfrentar o problema de finanças no mais alto nível das instâncias partidárias, compreendendo que para fazer política num país como o Brasil é necessário dispor de condições

materiais e de infra-estrutura que exigem maiores recursos.

- Regularizar a contribuição da militância com o partido e das direções regionais com o Diretório Nacional.

- Tomar iniciativas amplas que propiciem a arrecadação de recursos para a atividade política.

Essas tarefas devem ser assumidas pelos diretórios regionais sob a orientação do Diretório Nacional e de acordo com a realidade de cada estado.

# MÉXICO: O SONHO DESMORONA

**A** crise do México, iniciada em 20 de dezembro com a desvalorização do peso em 50% para corrigir uma defasagem cambial que cresceu ao longo de 1994, provocou alvoroço entre os defensores de ajustes da economia inspirados nos interesses das altas finanças e do capital monopolista.

A celeuma decorre do parentesco entre o programa de modernização mexicano, iniciado em 1988 pelo presidente Salinas de Gortari e os planos brasileiros, argentino e demais aplicados na América Latina. O câmbio (e a âncora cambial) virou vedete dos debates, apontado como o vilão que estragou a festa mexicana.

Os defensores desses planos apregoam que, feitos os ajustes, haveria uma enxurrada de dólares rumo a nossos países, deixando o problema da dívida externa na poeira da história, e iniciando um período de prosperidade com a integração ao mercado global, mesmo sob condições subordinadas e vexatórias para a soberania nacional. Coisa que, aliás, não é problema para esses apologetas do grande capital.

Antigamente se chamava de entreguistas a quem pensava dessa forma; hoje, são os partidários da modernidade capitalista, do projeto neoliberal, gente que faz a propaganda da interdependência das nações e, assim, da falência dos Estados Nacionais. Isto é, da subordinação de países como os nossos a uma economia mundial dominada pelas potências imperialistas.

São idéias desse tipo que hoje dominam o cenário. Em 5/1/1994, por exemplo, quando questionado sobre a fragilidade do chamado Plano Real, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deu como garantia para o sucesso de seu programa de estabilização exatamente a Argentina e o México, onde programas semelhantes foram adotados. Agora, diante dos fatos, o que dirá o presidente Fernando Henrique Cardoso?

O México, que assinou o Tratado de Livre Comércio (o NAFTA) com os EUA e o Canadá há exatamente um ano, é o país que foi mais longe nesse projeto de subordinação ao imperialismo. Foi o bom aluno das finanças internacionais, modelo a ser seguido. Tudo parecia dar certo, os capitais estrangeiros fluíam e as contas pareciam equilibradas. Aceitou todas as imposições - abriu sua economia, privatizou empresas estatais, fez um acordo da dívida externa lesivo aos interesses nacionais, etc. E, hoje, aceita a discussão sobre a entrega aos norte-americanos das divisas obtidas com a venda de seu petróleo como garantia para a ajuda que o governo Clinton tenta angariar para contornar a crise.

O que falhou então? Desde 1988, o México importou muito mais do que exportou, acumulando déficits comerciais, situação facilitada pela valorização artificial de sua moeda. Ao mesmo tempo acumulou déficits no balanço de pagamentos, agravando suas contas externas. Entre 1991 e 1994, acumulou um déficit nas transações correntes de 89 bilhões de dólares. Este déficit é

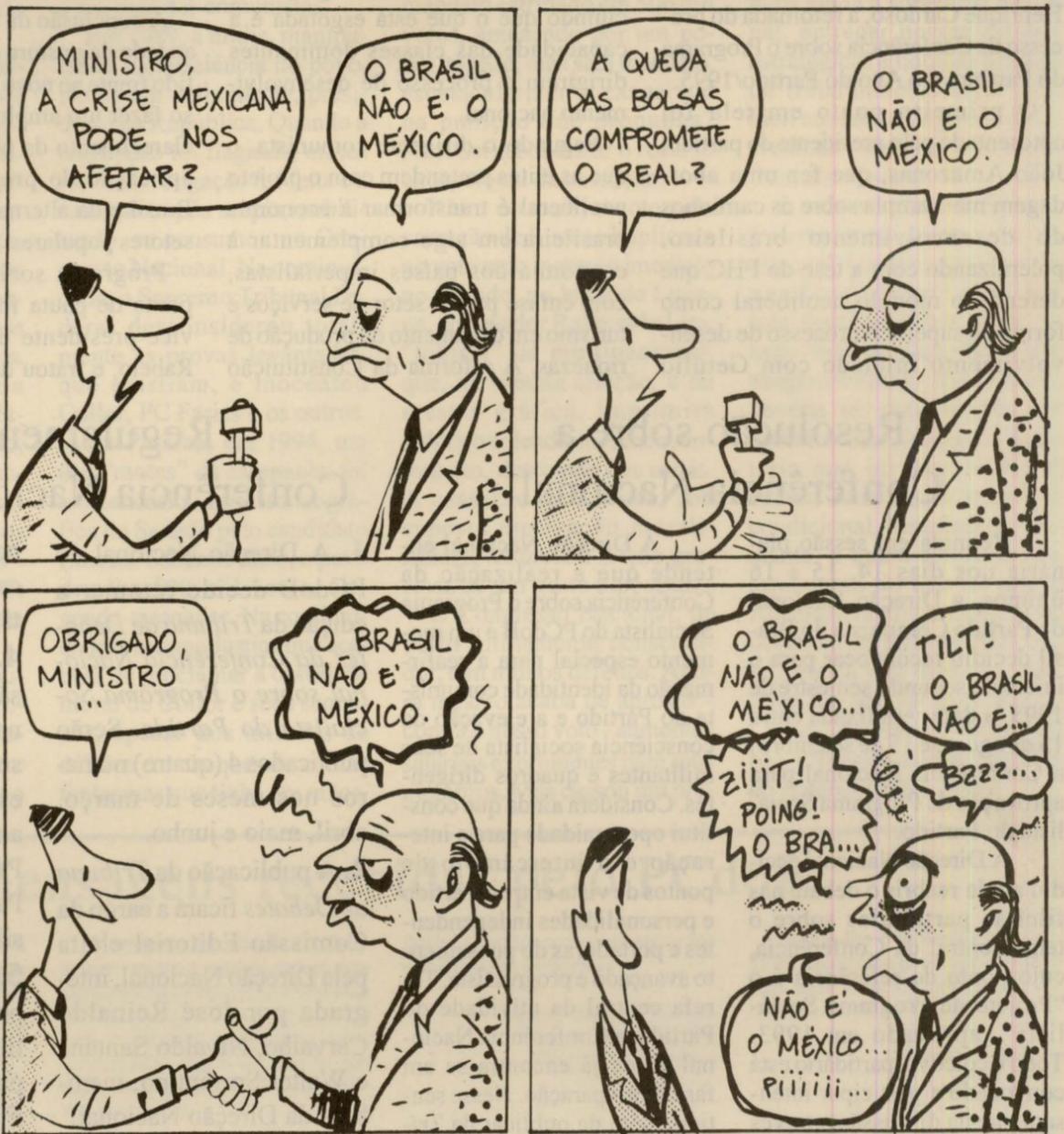
formado pela diferença entre (a) o valor das exportações versus o valor das importações somado ao pagamento de fretes, seguros e royalties; e (b) a diferença entre o valor total dos capitais que entram no país versus o total de capitais que saem.

Quem segurava as pontas era a entrada líquida de capitais externos de curto prazo, crescente desde 1991; atingiu a casa dos 20 bilhões de dólares em 1992, e manteve-se alta ao longo de 1993 (foi superior a 35 bilhões no último trimestre desse ano). Foi o auge da euforia mexicana. A festa da bolsa que transformou a nação asteca na brilhante vitrine do projeto neoliberal, parecia garantir até mesmo o cumprimento dos extorsivos compromissos do acordo da dívida externa feito em 1989 (o plano Brady). Em 1989 a dívida mexicana era de 89 bilhões de dólares. Houve uma redução decorrente do acordo (pífia, diz Bresser Pereira). O México pagou 13 bilhões de dólares desde então de juros e amortização, mas a dívida cresceu, chegando a 109 bilhões em 1993. E vai crescer mais; há previsões de que chegará a 160 bilhões este ano.

O equilíbrio das contas externas era, assim, uma lenda. A economia mexicana já dava fortes sinais de deterioração no ano passado, em consequência da elevação da taxa de juros nos EUA e do declínio das reservas cambiais, como vimos. Mais uma vez, as frágeis economias do Terceiro Mundo soçobram diante das medidas defensivas internas das economias imperialistas - como em 1982, quando México e Brasil quebraram depois que o governo Reagan puxou para cima as taxas de juros internas dos EUA, e mudou o fluxo de capitais do Terceiro Mundo para aquela nação. Como ocorre agora.

Críticos brasileiros, da direita, como Antonio Delfim Netto, porta voz dos setores exportadores, ou sociais-democratas, como Luiz Carlos Bresser Pereira, do staff do presidente Fernando Henrique Cardoso, apontam a fragilidade desse padrão de desenvolvimento ancorado em bases tão voláteis como esses capitais.

## O QUE ERA SEM NUNCA TER SIDO - MARINGONI



Não foi o acerto do ajuste que atraiu os capitais, mas sim a queda das taxas de juros nos EUA, desde 1991, que empurrou-os em busca de mercados onde as taxas eram mais altas, lembra Bresser Pereira (FSP, 16/1/1995). Delfim, por sua vez, censura as análises que confundem os tipos de capital estrangeiro que migram para os países como os nossos, e não destacam que o capital que entrou era de curto prazo, que vem e vai ao sabor da diferença entre os juros internos e externos (FSP, 28/12/1994 e 25/1/1995): "Esses movimentos são erráticos, sujeitos a grande volatilidade e altamente incertos".

A troca de mercadorias e serviços entre as nações não traria grandes problemas se, no caso de países como os nossos, ela estivesse livre da necessidade de gerar saldos comerciais crescentes para pagar a dívida externa.

Esta é a discussão principal. Países como o México e Argentina embarcaram na ilusão de ancorar seu desenvolvimento na garupa das economias capitalistas dominantes. Abriram suas economias, e esperaram ajuda de capitais externos para zerar a conta. Muita gente no Brasil acredita nessa receita, e diz - como o presidente Fernando Henrique Cardoso - que a dívida externa é um problema do passado.

Contra eles, o caso mexicano deixa

clara a ilusão das alternativas neoliberais, que tornam as economias nacionais indefesas diante da voragem do grande capital internacional. Ou seja, diminuem as possibilidades de saída interna autônoma para enfrentar a ofensiva contra a moeda nacional. Tanto é assim que se fez necessária a intervenção aberta do presidente norte-americano para dar à moeda mexicana uma réstia de credibilidade, mesmo que ao custo do arresto do saldo das exportações mexicanas de petróleo.

A análise feita por Bresser Pereira e Delfim Netto (um dos pais da enorme dívida externa do país) é parcial. Ela aponta a volubilidade do capital de curto prazo, e o verdadeiro espectro que ronda as contas externas do país e sangra nossa economia, a dívida externa, que desequilibra as situações externa e interna da economia de nossos países.

Esse é o grande problema, e seu equacionamento deve sair da esfera da tecnicidade econômico-financeira, e passar para a esfera política (ou da economia política, como diziam os clássicos). Trata-se, na verdade, de equacioná-la no quadro de um novo modelo de desenvolvimento para nossos países. O desenvolvimento ancorado nas economias que dominam a cena mundial. (Aldo Rebelo e José Carlos Ruy).

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois